

Dívida pública dobra em dois anos

CORREIO BRAZILIENSE

30 JUN 1996

Rio — Dois pontos perseguem a equipe econômica desde o início do Plano Real: reservas cambiais e dívida pública. Essas variáveis alternam os papéis de base de sustentação do plano e de ameaça ao seu futuro.

Em dois anos, a dívida em títulos do governo mais do que dobrou de tamanho, passando de R\$ 61,76 bilhões para R\$ 151,31 bilhões, aumentando 119,6%. As reservas cambiais, por sua vez, cresceram de US\$ 42,88 bilhões para US\$ 59,39 bilhões. As relações de causa e efeito dessas variáveis têm sido um prato cheio para críticos e defensores do plano.

Paralelamente à condição de marcos da política econômica, as reservas foram responsabilizadas pela explosão da dívida interna. As reservas são um seguro que compensa seu preço, funcionando como um colchão necessário para dar sustentação à âncora cambial, analisa um economista.

O ex-ministro Mailson da Nóbrega, atualmente no banco BMC, afirma que não há motivos para acender a luz vermelha da dívida pública e cita que o endividamento equivale a 32,7% do PIB, proporção que em 84 chegava a 54%.

O presidente do Bank of America,

Joel Korn, diz que o mercado internacional mostra confiança no avanço do plano. No real, o banco foi o maior captador de recursos no exterior: US\$ 2,76 bilhões para clientes e US\$ 1,5 bilhão para a carteira própria.

O ex-diretor do BC José Júlio Senna, hoje superintendente do Banco Graphus, que comandou a administração da dívida no início do governo Sarney, afirma que os números atuais são resultantes da falta de avanços no ajuste fiscal. O desequilíbrio nas contas, diz Senna, gerou um déficit fiscal acentuado, que está sendo financiado pela dívida pública.

A culpa é da estratégia escolhida. Como os resultados do plano vieram muito rápido, diminuiu o ímpeto pelo ajuste fiscal. Quando se briga pelo controle dos gastos, parece conversa de economista, pois a inflação está baixa e a produção crescendo diz Senna.

O impacto das reservas cambiais no crescimento da dívida encolherá na mesma proporção, quando os dólares deixarem o País. Restará no longo prazo o custo da diferença dos juros pagos pelos títulos do governo e da remuneração das reservas aplicadas no exterior.